

## CONSELHO DE CLASSE: UM ESPAÇO PRIVILEGIADO DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA NO IFRN

Luana Sobral Hilario <sup>1</sup>

### RESUMO

Enquanto um dos órgãos colegiados do IFRN o Conselho de Classe se apresenta com a função de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica e é considerado um espaço privilegiado de avaliação continuada sobre o processo de ensino e aprendizagem, a partir da compreensão dos diversos atores envolvidos (alunos, professores, pais de alunos, Equipe Técnico-Pedagógica, Coordenação de Curso e Direção Acadêmica). O presente trabalho se propõe a socializar o percurso de vivência do Conselho de Classe com destaque para as suas possibilidades e desafios a partir do lugar e da ótica de membro da Equipe Técnico-Pedagógica do IFRN no *Campus* João Câmara. Para tanto, lançou-se mão dos documentos regimentais da instituição que versam sobre a temática, dos registros do setor pedagógico no processo de planejar, executar e avaliar os conselhos de classe e adotou-se como principal referencial teórico de interlocução Carlos Henrique Carrilho Cruz. Em síntese, reitera-se o quanto o conselho de classe contribui para qualificar o percurso de ensino e aprendizagem, uma vez que, como exposto nos relatos, oportuniza a socialização de estratégias pedagógicas avaliadas como exitosas pelos alunos, o compartilhamento e conseqüente acompanhamento de alunos em situações mais periclitantes e, sobretudo, a construção coletiva de alternativas para melhor encaminhar as situações de ensino e aprendizagem. Tendo por outro lado, a clareza que ainda há necessidade de fortalecimento desse espaço, a partir da maior abertura a reflexão das práticas pedagógicas pelos professores e a participação efetiva dos pais.

**Palavras-chave:** Conselho de Classe, Avaliação continuada, IFRN.

### INTRODUÇÃO

O conselho de classe é um dos órgãos colegiados do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica. Previsto em regimento interno dos campi, tem como objetivo primeiro a melhoria dos processos de ensino aprendizagem a partir da identificação das fragilidades e a busca coletiva por alternativas de superação. Uma de suas principais potencialidades reside na composição diversificada, já que as sessões do conselho de classe, que acontecem por turma, conta com a presença dos diversos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: diretor acadêmico, coordenador de curso, um membro da equipe Técnico-Pedagógico, professores das disciplinas da turma, representantes de alunos e representantes de pais de estudantes da turma.

O presente trabalho empenha-se em socializar a trajetória de realização do Conselho de Classe, em um movimento permanente de aperfeiçoá-lo, com ênfase nas suas

---

<sup>1</sup> Graduada no Curso de Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN, luanasobra138@yahoo.com.br.

possibilidades formativas, didáticas, pedagógicas, disciplinares e avaliativas, bem como, evidenciando os desafios para sua manutenção, consolidação e legitimação da sua relevância, a partir do lugar e da perspectiva de membro da Equipe Técnico-Pedagógica do IFRN, no *Campus João Câmara*.

A importância desse escrito consiste em oportunizar o acesso a uma experiência prática de implementação do Conselho de Classe em uma instituição pública de ensino, a qual pode vir a ser inspiração para outros contextos educacionais e, especialmente, lembrar que enquanto instrumento de avaliação do processo de ensino aprendizagem, o conselho de classe também é alimentado pelo movimento de ser pensando, repensado, avaliado, aperfeiçoado e adaptado. Portanto, não se trata de um “modelo acabado”, isento da necessidade de ajustes e melhorias. Além disso, o presente trabalho possibilita conhecer uma realidade em que o conselho de classe tem papel fundamental no diagnóstico, acompanhamento e qualificação do processo de ensino e aprendizagem.

Logo de partida, faz-se necessário assumir uma compreensão teórica oposta àquela que concebe o conselho de classe como uma espécie de “júri”, em que professores e coordenação pedagógica ao final do ano letivo, reúnem-se para decidirem sobre a aprovação ou retenção de alunos que estejam com um rendimento acadêmico insatisfatório em algumas ou todas as disciplinas. Pois, entende-se que tal atuação pouco considera os aspectos qualitativos do processo de ensino aprendizagem, tendo por consequência, maior relevância aos indicadores quantitativos, pouco ou nada pondera sobre os recursos didáticos, linguagem e instrumentos avaliativos adotados pelos professores ao longo do ano letivo, sobre a relação do aluno com o saber, o modo como revisam os conteúdos, a qualidade do sono, o desgaste no deslocamento para escola, o contexto familiar e demais variáveis. A filiação, pois, é a uma perspectiva de Conselho de Classe em que é promovido o momento de avaliação reflexiva, em que professores e alunos se autoavaliam bem como, refletem sobre as práticas pedagógicas e avaliativas do processo de ensino e aprendizagem, de maneira contextualizada, interdisciplinar e multifocal.

## **METODOLOGIA**

A realização do Conselho de Classe é prevista institucionalmente no IFRN, com periodicidade prevista para acontecer ao final dos bimestres, com exceção do quarto e último. O regimento interno ainda orienta quanto a sua composição, objetivos e organização das sessões do conselho, no entanto, não versa e tão pouco exige o uso específico de uma

ferramenta ou instrumento que possibilite o diagnóstico do processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, a Equipe Técnico-Pedagógica tem a autonomia e a responsabilidade de junto a comunidade escolar pensar seu próprio formato e os instrumentos que melhor atendam as demandas das turmas, de maneira particular, e do campus, de maneira geral.

Esse caminho, que é percorrido coletivamente, é feito com idas e retornos, curvas mais acentuadas e retas mais seguras, logo, com processos de criação, mudanças, adaptações e reproduções, a fim de atender de maneira cada vez mais qualificada as demandas de ensino e aprendizagem da turma e as necessidades específicas de alunos e professores. Destarte, o presente trabalho se valerá metodologicamente da recuperação dessa trajetória de implementação e consolidação do Conselho de Classe no *campus* João Câmara a partir de 2016, relatando as mudanças efetivadas e suas motivações, os avanços e os possíveis recuos, tendo como suporte a memória de quem participou efetivamente desse processo e também, dos registros escritos existentes.

O movimento de relatar essa experiência, de recuperar os arquivos que evidenciam os passos dados e refeitos na execução do Conselho de Classe, será feito *pari passu* as reflexões teóricas de estudiosos que se dedicaram a analisar sobre essa instância avaliativa dentro das instituições de ensino.

## DESENVOLVIMENTO

O processo de ensino e aprendizagem é permeado por múltiplas e complexas ações e implicações. De um lado tem-se o professor com objetivos de ensino, formação pedagógica distintas, entendimentos e preferências metodológicas e avaliativas. Do outro lado, estudantes com objetivos de aprendizagem mais ou menos próximos ao dos professores, trajetória escolar com marcas de sucesso, mas possivelmente também com algumas dificuldades e frustrações e igualmente com suas preferências metodológicas e avaliativas fruto de suas experiências. Tudo isso, convivendo dentro de uma instituição que tem seus objetivos de ensino e aprendizagem, seus princípios e concepções de formação humana, bem como, sua compreensão teórica sobre avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto diverso, o Conselho de Classe se torna o espaço privilegiado para professores, alunos, Diretoria Acadêmica, Equipe Técnico-Pedagógica e pais de alunos apresentaram, discutirem e refletirem sobre as diferenças, incompreensões, acertos e possibilidades de melhorias a respeito do processo de ensino e aprendizagem, a partir da

leitura compartilhada da prática (DALBEN, 2004). Em perspectiva equivalente, Libâneo define o Conselho de Classe como:

(...) Um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as ações mútuas entre professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação. (2004, p. 303).

Portanto, o Conselho de Classe reúne em sua natureza elementos que são preciosos para uma instituição de ensino que preza pela gestão participativa, por uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem contínuo e por uma prática docente reflexiva. Na medida em que corresponsabiliza professores, alunos, Equipe Técnico-Pedagógica, Coordenação de Curso, Direção Acadêmica e pais por diagnosticarem o cotidiano da sala de aula e proporem alternativas de melhorias de forma coletiva e por atentar-se aos aspectos muito mais qualitativos e processuais, oportunizando reflexões sobre o caminho percorrido durante o bimestre e os devidos realinhamentos necessários.

O acompanhamento do rendimento acadêmico da turma, dos aspectos comportamentais dos alunos, do envolvimento deles com a disciplina, do cumprimento pelos professores de ações já previstas pelo Projeto Político Pedagógico da Instituição (como entrega do programa da disciplina no início do semestre ou ano letivo, realização de no mínimo duas atividades avaliativas por bimestre, divulgação das notas no sistema acadêmico), possibilita aos professores e alunos o olhar mais detalhado sobre o trabalho realizado em sala de aula, sendo viável se debruçar sobre demandas específicas de alguns alunos, assim como, o fazer docente dos professores.

É importante destacar, que historicamente os conselhos de classe são entendidos e executados como sendo aquele momento, ao final do ano letivo, em que professores e coordenação pedagógica se reúnem para decidirem sobre a aprovação ou não de alunos que obtiveram nota/conceito abaixo da média, em um movimento de reforço e legitimação de resultados já atribuídos aos alunos pelos professores. Essa prática, que centra sua atenção nos aspectos quantitativos, desperdiça todo potencial avaliativo e de construção coletiva de estratégias que promoveriam a otimização do processo de ensino e aprendizagem (CRUZ, 2005).

Com o propósito de retomar a finalidade primeira do Conselho de Classe, bem como maior sentido e coerência no processo de avaliação desenvolvido pela escola, é preciso se distanciar desse modelo pontual, quantitativo e unilateral. Cruz (2005) aposta em uma organização a qual prevê a autoavaliação crítica e reflexiva do docente quanto à sua prática pedagógica no bimestre; a identificação, compreensão e discussão sobre o perfil da turma; o apontamento de alternativas coletivas para a realização da intervenção pedagógica; e não menos importante, o mapeamento e discussão sobre os casos específicos da turma.

A manutenção, fortalecimento e consolidação desse espaço é relevante por ser um caminho de avaliação contínua, coletiva e de caráter formativo, uma vez que realiza um diagnóstico ao final de cada bimestre, o que significa um acompanhamento ao longo do ano letivo, com o objetivo de propor reflexões por parte de alunos, quanto ao seu rendimento, dedicação e disciplina com os estudos, mas também sobre a prática docente, no que tange a metodologias de ensino, instrumentos avaliativos e relação professor-aluno, tendo a contribuição de todos os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem na construção de alternativas de superação das dificuldades.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A execução do Conselho de Classe é um desafio permanente para a Equipe Técnico-Pedagógica, principal responsável por organizar e garantir a realização das sessões. Dado o tamanho da complexidade, faz-se necessário um permanente movimento de ação, reflexão e ação, pois é preciso pensar sua operacionalização de modo que supere o estereótipo do Conselho como lugar de julgamento, seja do desempenho do aluno, seja do trabalho do professor. Depois, garantir um espaço democrático de participação de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. E, por fim, que os instrumentos/ferramentas utilizados para diagnóstico das fragilidades da prática docente, da turma ou dos casos específicos de alunos, sejam suficientemente consistentes para que conquistem legitimidade perante a comunidade escolar.

Como já descrito no início deste escrito, no IFRN o Conselho de Classe é previsto em regimento interno, o qual versa sobre sua finalidade, organização, composição e até mesmo periodicidade. Contudo, não estabelece “como fazê-lo”, isto é, como mapear o perfil da turma, como identificar os casos específicos de alunos em situação mais periclitante, como promover a autoavaliação de professores e alunos. De modo que aprendemos a fazer o caminho ao caminhar, experimentando alguns formatos, instrumentos e ferramentas

construídas e/ou validadas e avaliadas coletivamente ao final das etapas, com o objetivo de aprimorar e garantir uma maior qualidade dos resultados. E é pois, sobre esse percurso que será feita a descrição reflexiva nas linhas que se sucedem.

Fazendo o recorte temporal a partir de 2016 no *Campus* João Câmara, temos a realização dos Conselhos de Classe em formatos de “Estudo de Caso”. Tratavam-se de momentos em que os professores por turma, reuniam-se com a Equipe Técnico-Pedagógica, Coordenação de Curso e Direção Acadêmica, para apresentar os nomes e as respectivas situações dos alunos que demonstravam uma maior necessidade de acompanhamento, orientação e intervenção, seja por rendimento acadêmico insatisfatório, seja por comportamento inapropriado para sala de aula ou por outros motivos que aspiravam preocupação.

Tal formato garantia o conhecimento de maneira detalhada da Equipe Técnico-Pedagógica sobre os alunos que apresentavam demandas mais aparentes e significativas, além do compartilhamento de impressões entre os professores sobre os nomes citados. Contudo, tornava as sessões exclusivas para o conhecimento e discussões sobre os casos periclitantes dos alunos, não havendo a avaliação e reflexão sobre a turma de maneira geral, tampouco sobre as ações pedagógicas dos professores, limitando e até mesmo desconfigurando o propósito do Conselho que é pensar o processo de ensino aprendizagem em suas diversas dimensões e sobre a ótica de todos os atores envolvidos.

Já no primeiro semestre de 2017, optou-se por garantir que turma, alunos e professores fossem avaliados e as sessões do Conselho de Classe garantissem o conhecimento, compreensão e discussão do cotidiano da sala de aula de maneira global. Para tanto, criou-se um instrumento padrão a ser aplicado com todas as turmas. Para avaliação da atuação docente, construiu-se a ficha intitulada “Avaliação das disciplinas pelos alunos”, nela existiam questões objetivas sobre pontualidade, assiduidade, entrega do programa da disciplina, diversificação dos recursos didáticos e pedagógicos, aplicação de no mínimo dois instrumentos de avaliação por bimestre, cumprimento dos conteúdos previstos no programa da disciplina, disponibilidade do professor para retirar dúvidas entre outras perguntas de mesma natureza (IFRN, 2012). Para cada questão, alternativas que variavam entre “As vezes”, “Quase sempre”, “Sempre” e “Nunca”, além de um espaço para comentários gerais. Essa ficha era preenchida conforme a resposta da maioria dos alunos da turma, que ocorria coordenada pelos representantes de turma e mediada pela Equipe Técnico-Pedagógica.

Na sessão do conselho de classe, as respostas eram lidas sem a identificação da disciplina, considerando que o importante seria a descrição da ação pedagógica avaliada como

bem sucedida, e aquela que merecia ser refletida e redimensionada, evitando, com isso, uma exposição desnecessária de algum docente, o que só iria contribuir para uma maior resistência na adesão da atividade. Por sua vez, os professores levavam às sessões apenas impressões gerais sobre a turma e os casos específicos dos alunos eles enviavam através de um formulário eletrônico disponibilizado pela Equipe Técnico-Pedagógica.

Nesse formato, organizava-se um arquivo-ata em que listava-se em uma coluna as necessidades de melhorias apontadas por alunos e por professores, e, em outra as ações concretas para melhorias, pensadas coletivamente no momento mesmo da sessão. Posteriormente, era repassado a cada professor a avaliação individual da sua disciplina feita por cada turma, bem como, os alunos citados pelos professores eram convidados individualmente ao setor pedagógico para tomar ciência da indicação do seu nome como necessitando de um acompanhamento mais próximo da Equipe Técnico-Pedagógica.

Considerou-se que essa organização significava um avanço, na medida que garantiu aos alunos realizar a avaliação das disciplinas, dando um retorno aos professores sobre suas ações pedagógicas. Contudo, a metodologia de preencher a ficha com a resposta da maioria, implicava perder as percepções e compreensões de alunos que por timidez, constrangimento ou insegurança deixavam de dar suas contribuições por se perceberem em uma minoria. Ademais, nessa nova forma de conduzir o Conselho de Classe, os professores não dispunham de uma ficha ou questionário com aspectos objetivos e comuns para avaliarem as turmas, de modo que tornava a tarefa de mapeamento do perfil da turma ainda mais complexa. Aqui, ainda persistia a ausência de participação dos representantes de pais.

Ainda em 2017, mas já no segundo semestre, a Equipe Técnico-Pedagógica, após avaliação junto ao grupo de professores e estudantes sobre a condução dos trabalho do Conselho no primeiro semestre, considerou indispensável garantir que todos os alunos pudessem registrar sua avaliação sobre as disciplinas, de modo que fosse estabelecido aspectos objetivos para os professores avaliarem as turmas, a fim de se ter maiores possibilidades de identificar o perfil de cada turma e acompanhar as dificuldades persistentes e as melhorias ocorridas nelas.

Nesse sentido, a ficha “Avaliação das disciplinas pelos alunos” foi informatizada, de forma que cada aluno respondia individualmente ao questionário e avaliava todas as disciplinas. Ao final, gerava-se gráficos que evidenciavam o percentual de respostas daquela turma para cada item e este resultado geral era apresentado nas sessões do conselho de classe, enquanto manteve-se a entrega particular para o professor da avaliação da sua disciplina por turma.

Já os professores, passaram a responder, também de maneira informatizada, a uma ficha nomeada “Avaliação da turma pelo professor”, em que pontualidade, assiduidade, envolvimento com a disciplina, frequência nos Centros de Aprendizagem (horário no contraturno reservado para retirar dúvidas e revisar conteúdo), rendimento acadêmico, comportamento adequado em sala e cumprimento das atividades, eram avaliadas, além de um espaço aberto para comentários gerais, além da possibilidade de indicar os nomes dos alunos com necessidade de acompanhamento específico.

A incorporação desse formato foi considerado como um grande avanço, dado que garantiu-se a todos os alunos a oportunidade de refletir e registrar sobre como a disciplina estava sendo conduzida, avaliar a ação pedagógica do professor e oferecer elementos para os docentes analisarem seu fazer, percebendo como os alunos recebem suas escolhas metodológicas e avaliativas e podendo assim refletidamente manter ou redimensionar suas opções. Por outro lado, os professores ao responderem a ficha de avaliação da turma, traçavam de maneira objetiva o perfil, tornando-se evidente os aspectos que mereciam elogios e aqueles que precisavam de melhorias.

Manteve-se nessa proposição de organização de Conselho de Classe a construção coletiva das alternativas de ações de intervenção, com o objetivo de qualificar o processo de ensino e aprendizagem, contudo, ainda não estava sendo promovido de maneira direta uma possibilidade de autoavaliação pelos alunos e professores. E os representantes de pais continuavam ausentes nas sessões.

Como dito em outras linhas, ao final dos Conselhos de Classe, promovia-se um momento coletivo de avaliação sobre as fichas que estavam sendo implementadas, a organização dos trabalhos e o cumprimento das ações porpostas, tudo isso almejando aperfeiçoar o processo. E diante dos retornos dessas avaliações, novos ajustes foram realizados para os Conselhos de Classe realizados em 2018. Entendeu-se que os instrumentos utilizados para os professores avaliarem a turma e citarem os casos específicos, bem como a turma avaliar as disciplinas e ação pedagógica dos professores, estavam dando resultados satisfatórios, contudo, a ausência de instrumentos que garantissem a autoavaliação dos professores e alunos despontava como uma fragilidade.

Nesse ínterim, já para o primeiro Conselho de Classe de 2018, foi construído uma ficha intitulada “Autoavaliação da turma”, em que individualmente cada aluno respondia questões que tratavam sobre sua pontualidade, assiduidade, tempo reservado para estudo fora do horário de aula, a frequência que sentia sono e utilizava o celular durante a aula, sobre o acompanhamento da família e as relações interpessoais. A existência dessa ficha, foi oportuna



pois trouxe a tona muitas informações que revelavam o impacto direto no desempenho dos alunos, e portanto, requeriam intervenção da Equipe Técnico-Pedagógica, mas também da família.

Uma realidade que ficou evidente com o resultado da autoavaliação dos alunos foi em relação ao sono durante as aulas, pois muitos se perceberam nessa condição e na maioria dos casos fruto da necessidade de acordarem pela manhã muito cedo para virem a escola, em função do tempo de deslocamento gasto, com o agravante de terem uma rotina de dormirem em horário avançado e a família não exercer nenhum controle ou orientação quanto a isso. Outro dado preocupante que se revelou foi o percentual significativo de alunos que respondiam de maneira negativa para o acompanhamento da família sobre sua vida acadêmica, não estando os pais cientes das conquistas e dificuldades dos filhos.

A autoavaliação dos alunos também funcionou como um espelho para a turma, pois muitas vezes eles avaliavam as disciplinas de maneira satisfatória, sem apresentarem grandes necessidades de mudanças, enquanto se autoavaliavam com fragilidades em vários aspectos, ficando explícito a urgência de melhorias por parte deles para o melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à autoavaliação dos professores não conseguimos avançar, pois há uma resistência por parte deles, sobretudo, quando essa autoavaliação é proposta de maneira coletiva, ou seja, na reflexão e socialização sobre as ações pedagógicas entre eles. Outro item que também não tivemos evolução foi quanto a participação dos representantes de pais, os desafios residem principalmente em termos pais que se disponham a se comprometer com a presença nas sessões dos conselhos de classe e depois da própria Equipe Técnico-Pedagógica em promover formação com eles, para que a participação deles não seja meramente *proforma*, ou como porta voz de questões inerentes exclusivamente ao seu filho(a). Entende-se que é preciso garantir participação deles de forma efetiva, atuante e como porta-voz do anseio, demandas e contribuições dos demais pais e responsáveis dos alunos.

Atualmente, mantemos o modelo e as ferramentas/instrumentos informatizados em que professores avaliam as turmas e indicam os nomes dos alunos com demandas específicas, alunos se autoavaliam e avaliam as disciplinas em aspectos mais objetivos, tendo também o espaço para fazerem demais comentários. Tem-se, ainda, nesse modelo a possibilidade da geração de gráficos com uma foto da situação geral, seja da turma ou das disciplinas, e esses elementos são discutidos nas sessões dos Conselho de Classe, bem como, proposto coletivamente alternativas e estratégias de melhorias. E individualmente, cada professor tem acesso a avaliação que a turma fez da disciplina que ministra, podendo perceber como os

alunos estão percebendo a condução dos trabalho, aquilo que tem sido considerado como fundamentalmente eficaz para o bom desenvolvimento da disciplinas e igualmente tem acesso e pode refletir sobre aspectos necessários de um redimensionamento.

De maneira prática, os Conselhos de Classe tem se mostrado de fato, como um espaço privilegiado de reflexão e proposição permanente de melhorias para o processo de ensino e aprendizagem. Os professores terem acesso às avaliações dos alunos sobre as disciplinas, conhecerem que a prática pedagógica de um colega é reconhecida como exitosa pela turma, socializar experiências de intervenção que renderam bons resultados acadêmicos e/ou comportamentais são fundamentais para avançarmos de maneira qualitativa no desenvolvimento dos trabalho.

Por outro lado, os alunos também se disporem a refletirem suas posturas diante dos estudos, seus hábitos acadêmicos, a condução do trabalho docente, as implicações do perfil da turma para o processo de ensino aprendizagem têm rendido mudanças significativas, pois ao se reconhecerem como parte importante desse processo, se corresponsabilizam e se comprometem com mudanças muitas vezes propostas por eles mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência de vivenciar o Conselho de Classe e reconstruir o percurso de consolidação dele no IFRN *Campus* João Câmara é possível inferir que a previsão institucional desse Orgão Colegiado é necessária e oferece respaldo legal para sua realização. Contudo, são muitos os desafios para real implementação, especialmente no que tange ao distânciamento da compreensão do Conselho de Classe como lugar de ajuizamento do rendimento/notas dos alunos e do trabalho dos professores, bem como sobre a indispensável participação de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, como corresponsáveis no diagnóstico das demandas e nas proposições de melhorias.

Nesse sentido, evidenciou-se a necessidade de permanente formação e sensibilização junto a professores e alunos acerca do Conselho de Classe como lugar privilegiado de avaliação continuada sobre o processo de ensino e aprendizagem, com a possibilidade de promover reflexão e discussão sobre os perfis das turmas, as situações específicas de alunos e as ações pedagógicas dos professores, com o objetivo de afimar ou redimensionar opções metodológicas e avaliativas ao longo do ano letivo.

Ademais, o formato do Conselho de Classe revelou-se inacabado, sendo indispensável a permanente avaliação coletiva dos instrumentos e/ou ferramentas utilizadas

para o diagnóstico da cena pedagógica, a fim de ter maior aceitação e legitimidade perante a comunidade escolar, e, sobretudo, qualificar as informações diagnósticas.

Ainda sobre os desafios, despontam-se a persistente resistência de alguns professores em aceitar as avaliações feitas pelos alunos como material de reflexão e redimensionamento da prática pedagógica. Isso gera em dados momentos situações de tensões, requerendo da Equipe Técnico-Pedagógica intervenção para lembrar o objetivo do Conselho de Classe que é de oportunizar a avaliação do processo de ensino e aprendizagem a partir da percepção dos diversos atores envolvidos, não havendo a intenção de julgar ou desautorizar a ação docente.

Como grande fragilidade atual, encontra-se a ausência de representação de pais dos alunos da turma. Como já relatado, desde 2016, as sessões dos Conselhos de Classe não tem contado com essa representatividade, sendo urgente a sensibilização e formação junto aos pais e/ou responsáveis a se comprometerem com esse importante espaço diagnóstico e de proposição de melhorias.

Destarte, compreende-se que os Conselhos de Classe tem se configurado como uma importante e necessária instância coletiva de avaliação, acompanhamento e redimensionamento do processo de ensino e aprendizagem. Uma vez que, situações específicas de alunos foram identificadas, possibilitando a intervenção pedagógica, familiar, de assistência social e/ou atendimento psicológico necessário para cada demanda. O mapeamento do perfil das turmas oportunizou aos professores melhor planejarem suas aulas e refletia para os alunos em quais aspectos requeria aprimoramento, havendo por parte deles mesmo compromisso com as devidas mudanças. E, por fim, os professores a partir da avaliação dos alunos puderam confirmar ou reorientar sua prática pedagógica e se inspirarem em experiências bem sucedidas relatadas por outros colegas docentes.

## REFERÊNCIAS

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe:** espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. São Paulo, Editora. Loyola, 2005.

DALBEN, Ângela de Freitas Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica escolar. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e Prática. Goiânia, Ed. Alternativa, 2004.